

## JUSTIÇA SOCIAL, IGUALDADE E EQUIDADE NO SETOR CULTURAL E CRIATIVO: UMA RESENHA DO LIVRO “CREATIVE JUSTICE – CULTURAL INDUSTRIES, WORK AND INEQUALITY” DE MARK BANKS <sup>43</sup>

SOCIAL JUSTICE, EQUALITY AND EQUITY IN THE CULTURAL AND CREATIVE SECTOR: A REVIEW OF THE BOOK “CREATIVE JUSTICE – CULTURAL INDUSTRIES, WORK AND INEQUALITY” BY MARK BANKS

JUSTICE SOCIALE, ÉGALITÉ ET ÉQUITÉ DANS LE SECTEUR CULTUREL ET CRÉATIF: UNE CRITIQUE DU LIVRE «CREATIVE JUSTICE – CULTURAL INDUSTRIES, WORK AND INEQUALITY» PAR MARK BANKS

JUSTICIA SOCIAL, IGUALDAD Y EQUIDAD EN EL SECTOR CULTURAL Y CREATIVO: UNA REVISIÓN DEL LIBRO «CREATIVE JUSTICE – CULTURAL INDUSTRIES, WORK AND INEQUALITY» DE MARK BANKS

**Pedro Quintela**

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Portugal

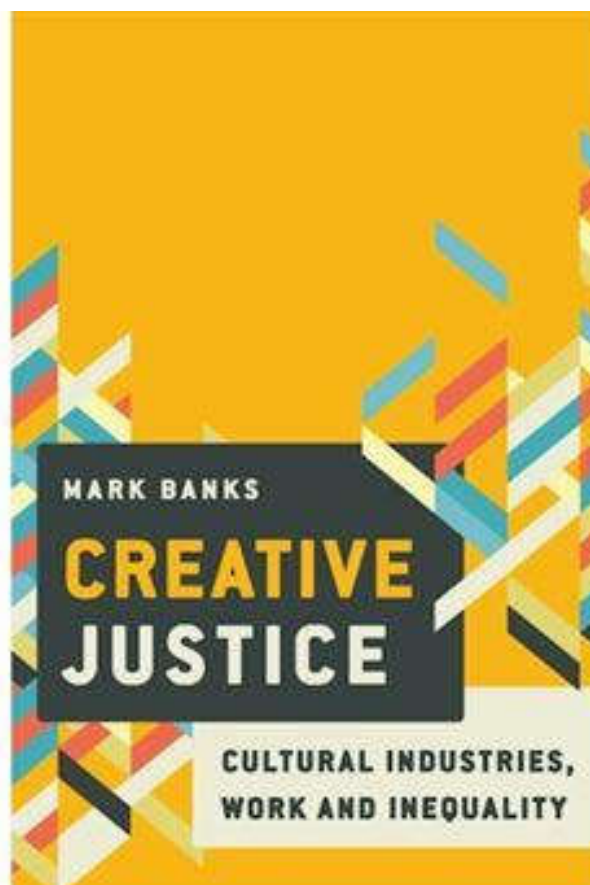


Figura 1: Capa do livro “Creative Justice: Cultural Industries, Work and Inequality”, de Mark Banks

Fonte: <https://www.fnac.pt/Creative-justice-BANKS-MARK/a1291370>

<sup>43</sup> Resenha crítica de “Creative Justice: Cultural Industries, Work and Inequality”, de Mark Banks, publicada em 2017 pela Rowan & Littlefield.

## 1. Introdução

Os estudos críticos sobre as modalidades específicas de organização do mercado do trabalho nos diferentes setores de atividade que integram os domínios artísticos, culturais e criativos têm vindo, desde meados da primeira década de 2000, a suscitar um interesse e visibilidade crescentes por parte das ciências sociais, em geral, e da sociologia da cultura em particular, muito em especial no contexto anglo-saxónico. Para tal foram decisivos um conjunto de trabalhos de investigação pioneiros que começam então a dar relevo a estas questões, de algum modo posicionando-se margens quer da generalidade das pesquisas sociológicas sobre trabalho em áreas criativas, até então centradas sobretudo em profissões associadas aos domínios artísticos mais “tradicionais” (artes performativas, artes visuais, etc.) e/ou a tipologias de equipamentos culturais perfeitamente consolidadas (caso dos museus, por exemplo); quer do que podemos apelidar do *mainstream* dos estudos e análises técnico-científicas em torno da chamada economia criativa que, como é sabido, começaram por proliferar neste contexto, sobretudo a partir de finais dos anos 90 do século passado, adquirindo uma enorme visibilidade, à escala global, deste a primeira década de 2000, acompanhando o crescente interesse político e económico suscitado, um pouco por todo o mundo, e na Europa em particular, em torno da “agenda” criativa (cf. Quintela e Ferreira, 2018). Entre estes investigadores que foram pioneiros na realização de estudos críticos sobre trabalho cultural e criativo incluem-se, entre outros, Angela McRobbie, Andrew Ross, Rosalind Gill, David Hesmondhalgh, Kate Oakley e Mark Banks. Neste recensão proponho-me analisar brevemente a mais recente obra do último autor atrás referido, o sociólogo e investigador britânico Mark Banks<sup>44</sup>, intitulada *Creative Justice: Cultural Industries, Work and Inequality*, que reflete e evidencia, justamente, o processo de amadurecimento e de consolidação deste subcampo de estudos específico que, como referido antes, adquiriu nesta última década uma maior relevância e visibilidade, dentro e fora da academia, apontando ainda um conjunto de pistas de reflexão e de desafios à investigação, mas também à intervenção públicas e política no domínio das artes, cultura e indústrias culturais e criativas que, como alguma probabilidade, parecem poder vir a preconizar um papel muito relevante nos próximos tempos, conforme procuraremos discutir adiante.

## 2. O livro

Estruturado em cinco capítulos, as que se juntam dois outros de introdução e de conclusão, este livro busca abordar, a partir de diferentes perspetivas e ângulos de análise diversos, o grande tema da justiça nos modos de relacionamento social e político com as questões das artes e da cultura e, em especial, interrogando-se acerca dos principais aspetos que se relacionam com o trabalho cultural e criativo, considerando aqui as dimensões éticas, políticas e económico-financeiras.

Tal como já tinha desenvolvido em obras anteriores (nomeadamente em Banks, 2007), o autor assume em *Creative Justice* uma abordagem que combina uma ancoragem teórica sólida com o recurso frequente a exemplos empíricos – resultantes, nalguns casos, de investigações do próprio

---

<sup>44</sup> Mark Banks é autor e coautor de um vasto conjunto de publicações académicas em torno das questões do trabalho no setor cultural e criativo. De entre estes, destacam-se os livros “The Politics of Cultural Work” (Banks, 2007), que foi muito relevante na definição da especificidade deste subcampo de estudos sociológicos, e também “Theorizing Cultural Work” (Banks *et al.*, 2013), coletânea que coeditou e que reúne uma série de ensaios sobre esta temática, produzidos por diversos autores, nos quais se abordam aspetos específicos e/ou transversais diferentes áreas artísticas e indústrias culturais e criativas.

Banks, mas sobretudo de pesquisas desenvolvidas por outros autores, essencialmente no contexto do Reino Unido – que permitem ilustrar as análises e suscitar diversas questões e reflexões que vão sendo desenvolvidas ao longo do livro.

De forma algo inesperada, Banks arranca o livro (capítulo 2) analisando o modo como as ciências sociais, e a sociologia em particular, tem vindo a observar os objetos culturais, discutindo criticamente o legado de Pierre Bourdieu e papel fundamental que desempenhou na renovação da sociologia da cultura. Apoiando-se nos contributos de Janet Wolff, Simon Stewart, Georgina Born e Antoine Hennion, Banks propõe uma abordagem sociológica que seja capaz de *fazer justiça* aos objetos culturais, analisando e considerando criticamente não só as suas propriedades e qualidades objetivas, mas também subjetivas, incluindo as dimensões afetivas, psíquicas e sensoriais. É a partir daqui que o autor vai sustentar uma “crítica da economia criativa” (pp. 31-34), afirmando a necessidade de um entendimento mais complexo, holístico e *justo* dos objetos culturais, bem como do trabalho cultural e criativo e dos valores que este cria. Esta discussão acerca da relevância dos objetos culturais, suas qualidades e propriedades, objetivas e subjetivas, constitui, pois, condição fundamental para a revisitação de toda discussão política em torno do valor da cultura que, crescentemente, tende a reduzir-se o debate público, mas também científico, a um conjunto de indicadores de impacto económico e social em função dos quais são definidas estratégias e concretizadas medidas e ações de política pública para o setor cultural e criativo – aspetos que serão retomado sobretudo no capítulo de conclusões que encerra o livro.

Em seguida, Banks discute como se pode fazer justiça às práticas que caracterizam o trabalho cultural e criativo, considerando nomeadamente as múltiplas e diferenciadas dimensões éticas que motivam os indivíduos a envolverem em práticas artísticas e criativas (capítulo 3). O autor retoma aqui investigações anteriores (Banks, 2012) em torno do universo dos músicos de jazz britânicos, dialogando teoricamente com a noção de “prática”, proposta por Alastair MacIntyre (2007), numa leitura fina às diferentes motivações que levam estes profissionais a exercerem esta atividade, distinguindo dimensões *internas* – que incluem, nomeadamente, alcançar níveis de excelência na prática de uma determinada técnica, género ou instrumento musical, contribuir, individual e coletivamente, para o desenvolvimento e “elevação” de uma certa tradição cultural associada ao improvisado, etc. –, das *externas* – tal como o dinheiro, o prestígio, o *status*, etc. – que coexistem com as primeiras. Discute-se ainda a relevância da competição entre pares, bem como o papel das instituições na manutenção destas práticas. No sentido de densificar a análise das motivações destes músicos de jazz, Banks convoca ainda alguns contributos teóricos da perspetiva Bourdiana, que aqui concorrem para uma leitura mais ampla e plural dos diversos valores em presença quando se trata de analisar o trabalho cultural e criativo. Conclui, assim, reafirmando a necessidade de leituras mais densas, complexas e sofisticadas das diversas conceções *morais* e *éticas* que podem ser associadas à noção de um trabalho *bom* no setor cultural e criativo, estabelecendo o diálogo com as pesquisas anterior, dirigidas quer pelo próprio Banks (2006), quer por outros autores que têm vindo a refletir sob uma certa dimensão *moral* que está presente na forma como os sujeito avaliam *qualitativamente* a sua relação com o trabalho cultural e criativo (cf. nomeadamente, Hesmondhalgh & Baker, 2011; Luckman, 2012; Oakley, 2014).

Os três capítulos seguintes centram-se na necessidade de alcançar-se uma maior “justiça distributiva” nos mercados de trabalho associados ao setor cultural e criativo. Retomando um conjunto amplo de investigações e estudos, alguns dos quais realizados pelo próprio Banks, o autor

[137]

vai sistematizando um conjunto de evidências empíricas, de diferentes subsectores e tendo por referência principal a realidade do Reino Unido, que sustentam uma prevalência, persistente e reiterada, de padrões de desigualdade neste setor, repercutindo assim a perpetuação de modelos de reprodução e exclusão social, nomeadamente em termos de género, etnicidade e classe. No capítulo 4, estes aspetos são analisados a partir da relação entre talento e ensino no setor cultural e criativo, discutindo particularmente o carácter profundamente problemático da noção de “meritocracia” (cf. Littler, 2017) que, apesar de tudo, continua a moldar muita da retórica e do imaginário que é prevaiente tanto no universo das artes, como no mundo das escolas. Banks demonstra, em particular, o carácter opaco e altamente subjetivo que frequentemente caracteriza os critérios de seleção e entrevista utilizados em processos de acesso às grandes escolas artísticas, especialmente no Reino Unido e Canadá, que são aqui analisados, reforçando, assim, as condições para todo o tipo de enviesamentos baseados numa reprodução sistemática e sistémica de preconceitos de classe, étnicos ou de género. Posteriormente, também ao longo da frequência escolar, os critérios de avaliação do “mérito” e do “talento” destes alunos revela frequentes e reiterados preconceitos, condicionando assim os percursos formativos e profissionais, assim como exercendo não raras vezes formas de “violência simbólica” efetiva sobre jovens estudantes mulheres, e/ou oriundos de grupos étnicos minoritários, e /ou provenientes de classes sociais mais desfavorecidas.

Esta discussão é, de algum modo, aprofundada no capítulo seguinte (5), no qual Banks discute, numa perspetiva histórica, a persistência de desigualdades nas oportunidades de acesso aos mercados de trabalho nas áreas que estão associadas às artes, cultura, comunicação, indústrias culturais e criativas. De forma bastante interessante, o autor desmonta uma certa mitologia associada aos anos dourados de prosperidade económica que se iniciam após a Segunda Guerra Mundial que, entre outras dimensões, se caracterizaram por um *boom* da atividade económica e do emprego associado às áreas das artes, cultura, lazer e comunicação. Com efeito, apesar da retórica meritocrática associada a este período, a verdade é que já nesta altura existiam profundas desigualdades e assimetrias no acesso a oportunidades de emprego, de visibilidade, de cargos de decisão e de remuneração. Embora reconhecendo a existência de diversas limitações em termos do acesso a dados empíricos fiáveis, o autor apresenta evidências sólidas que apontam para uma presença persistente de classismo, racismo e sexismo nestes mercados de trabalho, concluindo assim que, historicamente, as indústrias culturais e criativas *sempre* foram socialmente desiguais – característica que, provavelmente, apenas se tornou hoje mais visível (p. 103), em resultado das inúmeras investigações sociológicas realizadas nos últimos anos, sobretudo no Reino Unido, bem como do esforço de recolha e de sistematização de dados estatísticos sobre este setor. Globalmente, o quadro atual que aqui é esboçado por Banks, recorrendo a um amplo leque de estudos e estatísticas recentes, permite evidenciar que estas tendências não só se mantêm como, na verdade, desde a crise global de 2010-12, parecem até ter sofrido um agravamento que é hoje bastante claro, exacerbando-se as várias desigualdades no acesso ao mercado de trabalho cultural e criativo.

Na sequência desta discussão, Banks dedica então o capítulo 6 à questão das receitas e remunerações pelo trabalho realizado por artistas e profissionais do setor cultural e criativo, discutindo em que medida existe uma dimensão estruturalmente desigual na sua distribuição, dificultando não só o acesso à profissão (o que, na realidade, se inicia ainda na fase da formação,

conforme evidenciado no capítulo 4), como a manutenção nesta atividade, construindo assim uma carreira de médio e longo prazo. Convocando contributos diversos das áreas da sociologia e da economia da cultura, o autor evidencia com esta análise que as condições profundamente desiguais e socialmente injustas a que a generalidade dos sujeitos se encontra neste mercado de trabalho, prevalecendo padrões de remuneração e pagamento muito insuficientes, que contrastam com uma elite muitíssimo minoritária de privilegiados (as chamadas “estrelas”), o que novamente contribui para afunilar, do ponto de vista social, e não só (em termos de género, proveniência étnica, etc.) a diversidade profissionais que compõem hoje em dia o tecido artístico, cultural e criativo – como nota o autor, apenas uma minoria tem, de facto, capacidade para tolerar e sustentar um tipo de trabalho que embora prestigiado é muitíssimo mal pago. Por outro lado, Banks discute brevemente a pluralidade de modelos de regulação laboral e proteção social existentes em diferentes contextos (Europa e América do Norte), realçando em especial as abordagens prevaletentes no Centro e Norte da Europa que são, em geral, mais favoráveis à proteção dos trabalhadores das artes e cultura, nomeadamente quando comparadas com o cenário contexto bastante mais duro que caracteriza o Reino Unido. Finalmente, o autor aborda ainda o tema das responsabilidades institucionais na reprodução e perpetuação destes mecanismos de desigualdade de oportunidade e de remunerações no setor cultural e criativo, convocando para tal um leque variado de exemplos que demonstram que a adoção destes padrões de comportamento tendem a ser, na realidade, bastante transversais, estando presentes tanto nas grandes corporações privadas, como nas principais instituições culturais públicas.

O capítulo de conclusões é provavelmente o contributo mais original de todo o livro, no qual Banks avança com um conjunto muito relevante de contribuições para a reflexão teórica sobre a noção de “justiça criativa”, relacionando especialmente com as questões da educação e do trabalho artístico, cultural e criativo. Articulando de forma muito interessante elementos dos diversos capítulos, o autor procura expor e argumentar acerca de um conjunto de postulados (ou princípios) teóricos que estão orientados para a concretização de uma maior justiça e equidade na abordagem à cultura e ao trabalho no setor cultural e criativo. À luz desta discussão, as questões políticas adquirem uma maior visibilidade e pertinência, levando assim a que o autor retome algumas das ideias avançadas no capítulo 1 em torno de uma crítica à economia criativa e à forma como esta retórica tem afetado as políticas culturais contemporâneas. Simultaneamente, Banks revela uma atenção especial a alguns exemplos pontuais que, por um lado, evidenciam mudanças de comportamento tanto da parte de algumas instituições, como dos próprios artistas e trabalhadores do setor cultural e criativo. Num outro ponto, o autor foca as questões da “paridade na participação”, inspirando-se nas propostas de Nancy Fraser (2013), considerando que a equidade na distribuição, reconhecimento e representação constituem condições *sine qua non* para o que designa de uma maior justiça criativa. Neste sentido, Banks opta por dedicar alguma atenção a três medidas ou iniciativas que, embora modestas e de pequena escala, poderão contribuir para alterar os contextos de acesso e de participação no ensino e no mercado de trabalho neste setor – é o caso das audições “cegas” (nos processos de seleção de alunos e de recrutamento de profissionais); da introdução de “quotas” no mercado de trabalho, favorecendo uma maior presença de mulheres e membro de grupos minoritários; e de campanhas que advoguem por “pagamentos justos”, na senda do que algumas organizações, formais e informais, de trabalhadores têm vindo a desenvolver, combatendo um cultura de trabalho gratuito e de estágios que ainda está muito presente nesta áreas. Finalmente, Banks aborda ainda um outro

princípio que, argumenta, poderá contribuir para aumentar as condições objetivas de respeito pelo trabalho cultural e criativo – a redução de danos. Tratando-se este de um setor em que, como diversos estudos têm demonstrado, continuam a ser prevaletentes práticas de exploração e autoexploração, de excesso de trabalho, de *stress*, de *bullying*, de intimidação, assédio moral, entre outras formas de dominação e de violência (sobretudo simbólica mas, por vezes, também física), Banks concentra neste ponto a sua atenção na identificação de alguns exemplos que possam constitui boas práticas a replicar – como os relatórios de diagnóstico e posteriores medidas de controlo e mitigação que têm sido levadas a cabo, com algum sucesso, em grandes empresas de *media*, no Reino Unido no Canadá.

### 3. Reflexões finais

*Creative Justice: Cultural Industries, Work and Inequality* constitui uma obra importante, não só pelo foco temático do livro que, pese embora recorrendo a diversos estudos e análises preexistentes, surge aqui trabalhado de uma forma que considero ser bastante original, mas também pelo esforço de Banks em desenvolver um estilo de escrita que, sendo rigoroso, sintético e claro, procura igualmente dialogar para além dos “muros” da academia, nomeadamente com os profissionais, instituições e organizações do setor. Com efeito, é significativa a preocupação do autor, presente ao longo de boa parte do texto, de apresentar e discutir exemplo, o que de algum modo ajudará a concretizar e tornar porventura menos abstratas algumas das suas ideias teórico-conceptuais. A certo momento (pág. 148), citando Bulent Diken (2015), Mark Banks assume claramente que o papel das ciências sociais é, a partir de uma crítica fundamentada, contribuir para uma mudança positiva, no sentido de impulsionar a emancipação dos atores e a uma alteração das estruturas sociais. Parece-me, pois, que para além da sua dimensão analítica, este livro pode ser também entendido na sua dimensão política, permanentemente desafiando os investigadores, mas também os profissionais e organizações do setor cultural e criativo, a assumirem uma perspetiva normativa relativamente ao trabalho cultura, introduzindo nos seus debates e práticas novos padrões de comportamento ético e de avaliação dos *standards* de justiça social.

No entanto, acaba por ser relativamente limitada a atenção que o autor concede às dimensões da política pública propriamente dita, nomeadamente na forma como breve como aborda os diferentes instrumentos de regulação das condições laborais e de proteção social dos trabalhadores no setor cultural e criativo. Ao optar por, frequentemente, analisar ao longo do livro exemplos particulares, Banks tende adota uma abordagem mais casuística e pontual, em detrimento de uma análise porventura mais sistémica e estruturadora do ponto de vista das mudanças de política pública necessárias e conducentes a uma maior “justiça criativa”, conforme advoga (e bem) o autor. Igualmente, seria importante um olhar mais atento e profundo relativamente às formas de organização coletiva dos trabalhadores, avaliando de uma forma mais circunstanciada qual tem vindo a ser o seu papel e contributo para a mudança social, quais as condições que propiciam ou, pelo contrário, constroem o seu desenvolvimento, bem como analisando o modo como estes diversos movimentos, formais ou informais, efetivamente contribuem para aumentar a justiça e a equidade sociais no setor – incluindo, obviamente, também no plano interno. Neste sentido, considero que o diálogo com outras investigações, desenvolvidas para lá do universo anglo-saxónico, poderia ser bastante relevante, enriquecendo a análise com outras perspetivas de experiências de auto-organização dos trabalhadores da cultura que, nalguns

[140]



casos, possuem já um histórico bastante longo, e que porventura merecia aqui ser melhor discutido.

Por fim, notar que, embora publicado em 2017, esta é uma obra que adquire hoje grande pertinência, designadamente à luz dos recentes impactos da pandemia COVID-19 no setor cultural e criativo que, como se tem vindo a assistir, tem alterado profundamente os padrões de consumo de cultura, desafiando trabalhadores, organizações e instituições do setor, mas também os diversos decisores políticos, a repensarem os seus posicionamentos perante modelos de produção e de organização laboral que estão hoje claramente em crise. Como reflete a este propósito o próprio autor num artigo recente, mais do que nunca é crucial garantir que se presta uma “justiça objetiva” ao valor das artes e da cultura nas sociedades contemporâneas, incluindo necessariamente para todos aqueles que nela trabalham (Banks, 2020: 6).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Banks, Mark (2006). “Moral Economy and Cultural Work”, *Sociology*, 40(3), pp. 455-472.
- Banks, Mark (2007). *The Politics of Cultural Work*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Banks, Mark (2012). “MacIntyre, Bourdieu and the Practice of Jazz”, *Popular Music*, 31(4), pp. 69-86.
- Banks, Mark (2020). “The work of culture and C-19”. *European Journal of Cultural Studies*, pp. 1-7. <https://doi.org/10.1177/1367549420924687>
- Banks, Mark; Gill, Rosalind; Taylor, Stephanie (Eds.) (2013). *Theorizing Cultural Work: Labour, Continuity and Change in the Cultural and Creative Industries*. Londres: Routledge.
- Diken, Bulente (2015). “Critique as Justification – and Beyond”. *The Sociological Review*, 63(4), pp. 922-939.
- Fraser, Nancy (2013). *Fortunes of Feminism: From State-managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. Londres: Verso Books.
- Hesmondhalgh, David; Baker, Sarah (2011). *Creative labour. Media work in three cultural industries*. Londres: Routledge.
- Littler, Jo (2017). *Against Meritocracy. Culture, power and myths of mobility*. Londres: Routledge.
- Luckman, Susan (2012). *Locating Cultural Work*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- MacIntyre, Alastair (2007). *After Virtue: A Study in Moral Theory*. Londres: Duckworth.
- Oakley, Kate (2014). “Good work? Rethinking cultural entrepreneurship”, in Chris Bilton & Stephen Cummings (Eds.), *Handbook of management and creativity*. Cheltenham: Edward Elgar, pp.145-159.

**Pedro Quintela.** Licenciado e Mestre em Sociologia. Consultor Coordenador. Doutorando em Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, estando neste contexto associado ao Centro de Estudos Sociais da mesma universidade. Centro de Estudos Sociais (Alta). Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal. E-mail: quintela.pedro@gmail.com. ORCID: 0000-0003-2383-342X.

Receção: 22/06/2020

Aprovação: 27/06/2020

#### Citação:

Quintela, Pedro (2020). Justiça social e equidade no setor cultural e criativo: uma resenha do livro “Creative justice - cultural industries, work and inequality” de Mark Banks. *Todas as Artes. Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura*, 3(2), pp. 135-141. ISSN 2184-3805. DOI: 10.21747/21843805/tav3n2r1